



**ATA 1807ª. REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO**

1 Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e catorze, às vinte horas, realizou-se
2 a milésima octingentésima sétima reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional
3 de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove.
4 Estiveram presentes 21 conselheiras(os), sendo essas(es) efetivas(os) e suplentes,
5 a seguir indicadas(os): Adriana Eiko Matsumoto, Aristeu Bertelli da Silva, Elisa
6 Zaneratto Rosa, Guilherme Luz Fenerich, Janaína Leslão Garcia, José Agnaldo
7 Gomes, Luís Fernando de Oliveira Saraiva, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Bruno
8 Simões Gonçalves, Camila de Freitas Teodoro, Dario Henrique Teófilo Schezzi,
9 Gustavo de Lima Bernardes Sales, Jonathas José Salathiel da Silva, Livia
10 Gonsalves Toledo, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria das Graças Mazarin de
11 Araújo, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Regiane Aparecida Piva, Sandra Elena
12 Spósito, Sérgio Augusto Garcia Júnior, Silvio Yasui. **ORDEM DO DIA: I)**
13 **JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIAS** – Foram consideradas as justificativas de
14 ausência das(os) demais conselheiras(os): Gabriela Gramkow, Graça Maria de
15 Carvalho Camara, Ilana Mountian, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Maria
16 Ermínia Ciliberti, Marília Capponi e Alacir Villa Valle Cruces. Conselheira Ana Maria
17 Falcão de Aragão – está desligada conforme registrado na ata da milésima
18 setingentésima sexagésima terceira Reunião Plenária Ordinária de onze de abril de
19 dois mil e catorze e Conselheira Ana Paula Porto Noronha – está afastada
20 temporariamente conforme registrado no ata da milésima octingentésima de trinta de
21 outubro de dois mil e catorze. **II) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015 – 2.1)**
22 **Avaliação das ações planejadas** – A conselheira Elisa expõe que o planejamento
23 estratégico ocorrerá entre os dias 14 e 16 de dezembro. O Grupo que foi constituído
24 para preparar o Planejamento Estratégico (PE) ainda fará uma reunião, na próxima
25 segunda-feira, 10 de novembro, para finalizar os pontos necessários de organização
26 das macro-ações. O grupo recebeu dois pedidos: **(1)** Bruno solicitou que fosse feita
27 uma análise de conjuntura, para auxiliar na contextualização dos desafios postos
28 para esse PE. **(2)** Avaliação do PE de 2014, para aquecer os trabalhos deste
29 Planejamento. O conselheiro Bruno trará as questões relativas aos pontos que ele
30 propõe discutir e, em um segundo momento, será feita uma avaliação das ações
31 realizadas e não realizadas durante o ano. Considerações do plenário: O
32 conselheiro Luiz Berni aponta que o PE é feito do começo ao final da gestão e o que
33 é feito ano a ano é o Plano de Ações. Comenta-se que Áquilas Mendes traz ao GT
34 ideias interessantes no agrupamento dos eixos, mas não se pode perder o que já foi
35 planejamento. Núcleo Educação - A coordenadora, Mirnamar, cita que, das ações



36 propostas para 2014, para o núcleo, praticamente todas foram realizadas. Há
37 também outras ações que não estavam previstas e foram incorporadas. Algumas, o
38 núcleo entende que devem ser transferidas para 2015. Questiona também como
39 será o processo de PE com relação às subseções, se serão realizadas no mesmo
40 momento do Planejamento Estadual. Comissão de Direitos Humanos - O
41 coordenador, Aristeu Bertelli, coloca que algumas questões estratégicas não foram
42 desenvolvidas a contento da comissão, relativas à Política de Fiscalização. Outro
43 ponto é em relação à comissão e aos Movimentos vinculados à defesa de Direitos
44 Humanos, ponto que é necessário aprimorar no PE, neste sentido. Também
45 considera que é um período de rever a composição: há aqueles que estão
46 assumindo outras atividades e alguns indicados que pretendem contribuir com a
47 comissão. Devemos acolher indicações de colegas que fazem parte do sistema. É
48 importante rever e aprimorar o trabalho e faz-se necessário ter um entendimento
49 mais amplo das nossas demandas. Núcleo Formação - O coordenador, Silvio Yasui,
50 informa que os trabalhos do grupo foram iniciados, efetivamente, no segundo
51 semestre. Nos últimos encontros, discutiram algumas temáticas que foram
52 demandas ao núcleo. A expectativa do núcleo é de que no próximo ano trabalhem
53 com ações mais concretas. Núcleo Áreas, Desafios para o CRP/ Incubadoras
54 Temáticas – A coordenadora, Camila Teodoro, considera um grande desafio, por se
55 tratarem de áreas temáticas tão distintas: Subnúcleo Psicologia do Esporte realizou
56 duas reuniões e tem mais uma agendada. As pessoas estão participando, mas ainda
57 com timidez. Ações mais efetivas serão realizadas somente em 2015. Subnúcleo
58 Psicologia Ambiental planeja-se a realização de eventos e a indicação de
59 colaboradores ativos. Há um gestor em São José do Rio Preto que é professor e
60 poderá contribuir bastante com o Núcleo. Comenta que ainda não conseguiram
61 chamar reunião. Subnúcleo Psicologia Animal está parado, não houve ações desse
62 núcleo. Subnúcleo Psicologia Organizacional e do Trabalho A coordenadora, Graça
63 Mazarin, informa que foram realizadas 2 (duas) reuniões: Uma no Vale e uma em
64 São Paulo. Estão sendo pensadas algumas ideias para serem desenvolvidas em
65 2015, com ações efetivas, encontros. Núcleo Justiça – A coordenadora, Regiane
66 Piva, informa sobre a realização de reuniões ampliadas no início da organização do
67 Núcleo. Há 3 (três) grandes temas no Núcleo, cuja maioria das ações não tem
68 congruência: Tribunal de Justiça/Psicólogas (os) na interface com a Justiça, Sistema
69 Prisional e Segurança Pública. No PE, já tinham ações para Sistema Prisional e para
70 Segurança Pública e o núcleo tem encontrado dificuldade para unir estes temas.
71 Informa também que o núcleo respondeu a muitas demandas, além do que havia
72 sido planejado. Apresenta a proposta para que em 2015 esses núcleos sejam
73 separados. Considera positivo para o núcleo o diálogo com outras Comissões e



74 outros Núcleos. Núcleo Saúde – O coordenador, Moacyr, comenta que o núcleo teve
75 diversos problemas e foi recomposto pelo menos 2 (duas) vezes, mas agora está em
76 outro ritmo, de tal modo que entende que as ações devem ser melhores discutidas e
77 planejadas. Informa que Fabio Sousa e Clarice Pimentel colaboraram muito. A
78 Coordenação adjunta foi muito positiva para núcleo. Comissão de Acompanhamento
79 de Processos Legislativos (CAPL) – O coordenador, Guilherme, informa que não
80 conseguiu ver com os grupos um processo mais estruturado de funcionamento junto
81 à CAPL, que é uma Comissão com um trabalho muito estrutural, e a principal ação
82 de maior dimensão foi a capacitação no Fórum de Gestores. A CAPL está
83 funcionando mais como uma assessoria, e tem muita coisa sendo preparada, mas
84 que ainda não está pronta. As ações dessa Comissão são muito operacionais, não
85 precisam estar em PE. Núcleo Questões da Terra, Etnia e Raça – O coordenador,
86 Bruno Simões, diz que o núcleo teve funcionamento muito frutuoso, e que foi
87 priorizado, no GT Psicologia e Povos Indígenas, a questão de tentar aprofundar a
88 questão política – além da Psicologia – com participação em um Fórum com um
89 grupo de mais de 10 entidades e em um grupo de trabalho com experiências
90 pioneiras no Brasil, que avalia positivamente, como o estudo do espaço das aldeias,
91 na linha das Políticas Públicas. A ideia é fazer ações coordenadas, mas
92 descentralizadas. Informa também que em 2014 houve, em parceria com o IP/USP,
93 a presença indígena em espaço acadêmico para realizarem atividades de forma
94 sistemática. Estão prevendo parceria, para o ano que vem, a partir de Direitos
95 Humanos, com entidades ligadas ao universo indígena, as quais têm peso, dentre
96 elas: Associação de Juízes para a Democracia - AJD, Associação Brasileira de
97 Antropologia – APA , Operação Amazônia Nativa – OPAN. Informa também que se
98 pretende aprofundar o debate, para o lançamento do Caderno de referência de
99 “Questões da Terra”. Núcleo Sexualidade e Gênero – A coordenadora, Livia, cita
100 que o núcleo está caminhando, mas não foram cumpridas todas as ações,
101 ponderando que a maioria das ações vem sendo cumpridas ou encaminhadas.
102 Algumas não foram concluídas por falta de tempo. Comissão de Ética – O
103 presidente, Luís Saraiva, comenta que houve grandes avanços durante este ano:
104 regionalização, sendo que ainda falta uma Subsede - o processo deve ser concluído
105 em 2015; Conciliação: após a oficina nacional, ocorreu a contratação, pelo CRP SP,
106 de consultoria sobre processos de conciliação e mediação do CRP, para apresentar
107 o projeto ao GT Nacional. Algumas pontuações que faz são sobre as Comissões de
108 Instrução, em que muitos dos colaboradores ainda não foram chamados por
109 questões administrativas, mas que isso já está sendo resolvido; também pontua que
110 um grande resultado pretendido era em relação à redução do tempo de tramitação
111 dos processos, que não foi alcançado. Núcleo Mundo do Trabalho – A



112 coordenadora, Sandra Sposito, comenta que o núcleo está funcionando, embora
113 tenha tido alguns intervalos. O núcleo necessita de mais respaldo, que não seja
114 somente da área. O objetivo é mapear melhor as questões de trabalho, e vai chegar
115 um momento em que será necessário um suporte maior, pois é um trabalho “braçal”.
116 Pontua que o Planejamento ficou muito disperso e grande e também se desculpa
117 por não estar conseguindo acompanhar e responder aos e-mails. Coloca que a
118 proposta do núcleo são atividades de construção de análise do campo, trabalho
119 mais interno, não para fora: reunir material, afinar com Sindicato, trabalho em lógica
120 de atender demandas emergentes. Chega ao final de 2014 com a análise de que
121 entendeu melhor o campo. Para avançar, entende que o núcleo precisa de respaldo
122 e suporte dos dados, do ponto de vista administrativo e organizativo, que é
123 operacional. Sandra informa sobre seu distanciamento do trabalho nos meses de
124 Dezembro e Janeiro, somado ao fato de que são meses de férias. Pontua que, em
125 relação às questões das condições de trabalho da(o) psicóloga(o), o CFP não se
126 manifestou explicitamente, então o CRP SP aguardará a APAF com relação a essa
127 temática. A perspectiva deste núcleo para o PE é de realizar um trabalho de
128 enxugamento e foco do núcleo. Núcleo Criança e Adolescente – O coordenador,
129 Gustavo, relembra que para o próximo Planejamento é necessário contemplar que
130 ocorrerá o aniversário de 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Informa
131 também que em dezembro o Núcleo fará a avaliação das ações em 2014. A próxima
132 reunião será em 10 de novembro, e houve dificuldade para começar as ações, como
133 perda do prazo para realizar algumas delas. A título de avaliação, o núcleo perdeu
134 pautas que poderiam ter sido realizadas de forma mais efetiva. Sobre as
135 Conferências Preparatórias à X Conferência Nacional de Direitos da Criança e
136 Adolescente, o núcleo optou por subsidiar participação de psicólogas(os). O núcleo
137 avançou nas ações junto à Fundação CASA e discussões sobre a Redução da
138 Maioridade Penal. **2.2) Análise da Conjuntura** – A conselheira Elisa concorda com
139 Berni sobre PE ser como um plano de ação, e diz que a impressão que se tem é que
140 as ações devem ser realizadas de imediato. Está sendo realizado o trabalho de
141 identificar algumas ações de atribuição direta da diretoria e a organização das ações
142 em macro ações. Destaca os avanços que encontram nesse PE em relação ao
143 anterior: **(1)** O tempo maior para formar coletivos, amadurecer pautar e realizar
144 ações. O tempo para amadurecer este método de gestão; **(2)** A Descentralização
145 ainda não está completa, mas avançou na prática. Já ocorrem nos municípios: a
146 entrega de CIP, assim com outras atividades relativas às sedes e à região
147 metropolitana, como o grupo formado para discutir atividades do Dia do Psicólogo,
148 por exemplo. Considera que houve um grande avanço no método de gestão que
149 incorpore os colaboradores. Leva um tempo ainda para constituir os núcleos. Elisa



150 informa ao plenário que conversou com os moderadores sobre o modo para realizar
151 o Planejamento das subsedes. O que foi passado é que será feito um Planejamento
152 com todos juntos, que tirará as diretrizes do CRP para o Estado, além dos
153 responsáveis por cada macro-ação. A ideia é que essas macro-ações sejam as
154 'linhas mestras' e que seja detalhado um plano de ações para cada região a partir
155 dessas diretrizes. As subsedes farão um detalhamento de etapas de coisas a serem
156 realizadas. Pondera que o plenário é um conjunto de 10 subsedes que formam um
157 conjunto estadual. As subsedes também podem ter demandas que sejam macro-
158 ações dentro do Planejamento. Pontuam-se alguns desafios para o próximo ano: **(1)**
159 Alguns projetos que se alinham à política nacional, por exemplo, Políticas Públicas:
160 Crepop, que não avançamos nas pesquisas; Comissão de Direitos Humanos, que é
161 política de todo Sistema Conselhos. É possível sustentar o projeto de forma mais
162 clara quando é alinhado nacionalmente; **(2)** Projetos mais centrais que não
163 avançaram: Ouvidoria, Transparência e Redesenho de Subsedes; **(3)** Produção de
164 cadernos temáticos e cartilhas. **ENCAMINHAMENTO:** Considerando que o plenário
165 considera a análise de Conjuntura Política realizada na Plenária anterior muito boa,
166 se delibera que essa análise seja apresentada ao conjunto de gestores no início do
167 PE, na sexta-feira, 14 de novembro, à noite. Os responsáveis por realizarem essa
168 apresentação serão os conselheiros Bruno Simões e Maria Ermínia Ciliberti. **III –**
169 **POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO** – O presidente interino da
170 Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), Luiz Berni, informa ao plenário que
171 conversou com os membros da comissão, com o corpo técnico e com a Diretoria
172 sobre a estrutura para a Política de Orientação e Fiscalização. Fez um mapeamento
173 sobre as regiões para entender como se distribui a gestão no quadro da
174 regionalização: A região Metropolitana possui 6 (seis) mil psicólogas(os) por
175 assistente técnica (AT), considerando que há uma de licença e uma na supervisão
176 interina. Em Campinas são 12 (doze) mil psicólogas(os) por assistente técnica. Em
177 média, nas subsedes, há uma população de 3 (três) mil psicólogas(os) por
178 assistente técnico. Aponta que nas subsedes as fiscalizações são realizadas com
179 uma assistente técnica, junto com um membro da Comissão Gestora. Na região
180 Metropolitana, as fiscalizações ocorrem com 2 (duas) assistentes técnicas.
181 Efetivamente, é inviável uma pessoa ir sozinha a uma fiscalização, do ponto de vista
182 da segurança. Contingencialmente, como situação emergencial, sugere, para auxiliar
183 às demandas de Campinas, que os processos de Comissão de Análise para
184 Consessão de Título Profissional de Especialista (CATE) e as orientações por e-mail
185 possam ser redistribuídos para que a assistente técnica da subsede possa dar conta
186 das ações de fiscalização. Pontua-se: **(1)** Como a subsede Metropolitana se
187 envolverá no processo de fiscalização, considerando as demais comissões



188 gestoras? **(2)** Qual o papel político que as(os) assistentes técnicas(os) podem ter no
189 CRP? Como a(o) assistente técnica(o) pode atender politicamente ao Conselho,
190 diante das várias tarefas ordinárias da autarquia? O que está claro é que o papel
191 político não cabe a(o) assistente técnica(o), é papel do Conselheiro. **(3)** As(os)
192 assistentes técnicas(os) das subsedes não tiveram período de formação, então
193 demandam muito à Sede. **(4)** Qual o papel do presidente da COF, que papel terá o
194 coordenador técnico político para isso e qual o papel da supervisão? Considerações
195 do plenário: o conselheiro Aristeu apresenta que a Comissão de Direitos Humanos
196 reuniu-se uma vez por mês no CRP e têm atividades transversais nas demais
197 temáticas. **(a)** O CRP SP se tornou referência no que diz respeito a debate,
198 enfrentamento e promoção de defesa de direitos humanos. **(b)** O CFP optou
199 claramente a ter uma pauta alinhada à institucionalização de Comunidades
200 Terapêuticas, tanto pautas estritamente corporativas, como transversais, CFP não
201 está participando. Não temos política alinhada a todo Sistema Conselhos, isto
202 impacta nas atividades deste CRP SP: quantidade de fiscalização de saúde mental e
203 drogas, fiscalização de direitos humanos e do sistema conselhos que CRP SP acaba
204 fazendo. Ainda que ampliasse os colaboradores na Comissão, não daríamos conta
205 de atender todas as demandas: MPSP, Defensoria e Condepe. **(c)** Precisamos
206 qualificar nossas atividades que observam temas de direitos humanos, entender
207 como faremos estas atividades de fiscalização e violação dentro dos direitos
208 humanos; começar a pautar alinhamentos que não sejam fechados em três
209 comissões: COF, CDH e Ética, além do Núcleo de Justiça. Pergunta-se como
210 organizar isto transversalmente. **(d)** Como qualificar parcerias que tivemos? A
211 conselheira Adriana aponta que há projetos de fiscalização que já estão em curso,
212 projetos de fiscalização que têm passado nesta plenária: **(1)** Medidas de segurança
213 sendo cumpridas numa ala penitenciária. Há parceria com a Defensoria Pública e
214 Condepe. Na reunião surgiu algo que foi fiscalizar todas as unidades do Estado de
215 São Paulo que tem medidas de segurança. Participam dessa ação 4 (quatro)
216 pessoas pelo CRP SP, 2 (duas) pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo e 2
217 (duas) Condepe. Dessa primeira fiscalização sucedeu-se uma reunião em que
218 alguns encaminhamentos foram tirados, considerando o lugar que ocupamos como
219 CRP, reconhecido pelas ações realizadas em Direitos Humanos. Consta como
220 encaminhamento uma ação judicial em que também entraremos como autores, visto
221 que do ponto de vista jurídico há jurisprudência. **(2)** Comunidades terapêuticas:
222 Foram feitas ações pelo Núcleo de Álcool, Drogas e Medicalização em parceria com
223 a Defensoria Pública. A conselheira Sandra apresenta a preocupação do vínculo
224 COF e CDH e vem acompanhando o grupo político há algum tempo. Importante
225 ressaltar que houve capacitação com ATs, envolvendo Sandra Sposito, Maria Orlene



226 Daré e Maria Auxiliadora Arantes. Os Fóruns de Gestores eram dedicados à
227 capacitação, interface da fiscalização com os direitos humanos. Historicamente a
228 COF foi capacitada, mas isso deve ser ação continuada. Entende que o trabalho das
229 ATs é receber a qualificação técnica-política desta gestão e problematiza qual a
230 proposta de ATs para a gestão, como dimensionar a participação adequada de ATs
231 em núcleos e comissões que são espaços de construção da política. Questiona qual
232 a continuidade da construção da política, é legítima? ATs têm de estar junto aos
233 coletivos para construir esta política? A construção do trabalho delas pode estar
234 atrelada à predominância do ético-político. Expõe que nas demandas de Pessoa
235 Jurídica (PJ), em especial de Comunidades Terapêuticas, existe a questão de que
236 não é possível discutir legalidade, pois inscrições de PJ tem prazo. A COF deve se
237 organizar para contemplar essas demandas. Recorda que em gestões passadas
238 havia atraso nas fiscalizações de PJs. Ao finalizar apresenta que não se pode
239 confundir o foco ético-político da COF com o foco político da gestão como um todo.
240 A conselheira Regiane considera a necessidade de um olhar mais sistemático para
241 fiscalizações de CDH. Na gestão anterior houve um encontro de gestores produtivo.
242 Assim, sugere que se repita, para falar com gestores sobre termo de fiscalização,
243 sistematizar questões referentes à fiscalização. O conselheiro Moacyr expõe duas
244 parcerias: com a *Open Society Foundations*, para realização de pesquisa, e com o
245 Condepe e a Defensoria Pública, as quais podem ocorrer concomitantes às
246 fiscalizações regulares do CRP SP. Defende a participação e apoio para a
247 divulgação, dar visibilidade aos trabalhos realizados. O conselheiro Aristeu expõe
248 qual o trabalho da *Open Society Foundations*, é uma organização internacional que
249 realiza trabalho de *advocacy internacional*, o que pode ser traduzido como pressão
250 parlamentar, pressão aos governos, criação/modificação de políticas públicas. Ela
251 acaba trabalhando em temáticas na interface com a Justiça e Direitos Humanos,
252 uma das últimas grandes atividades realizadas pela organização diz respeito a
253 políticas de sistema penal, políticas de drogas e, dentro disso, o trabalho foi com o
254 Núcleo de Estudos de Violência, sendo um marco da aplicação da nova lei de
255 drogas (2006), propondo modificações para tal lei. Como podemos utilizar todo este
256 material, toda esta experiência, para que de fato possam-se potencializar nossas
257 parcerias e para que CRP não seja usado como espaço operacional de outros
258 órgãos. O conselheiro Luiz Berni retoma a fala da Sandra sobre ser fundamental que
259 a política chegue às ATs via plenário. Traz que é necessário criar sistema de
260 acúmulo dos conhecimentos adquiridos pelas ATs na execução de seu trabalho, o
261 que não pode ficar centrado na pessoa de uma AT específica; Precisa de um
262 sistema de qualificação que possa passar por todos os núcleos. Elisa concorda com
263 a necessidade de pensar processos de formação e qualificação do trabalho das ATs



264 do CRP SP, de várias formas. Sobre a necessidade de pensar encontro específico
265 com núcleos e comissões para discutir macro ações e momentos de formação de
266 ATs, concorda, mas é necessário ter a clareza de não cometer erros do passado. A
267 realização de Fórum de Gestores com as ATs para acompanhar as discussões é
268 muito bom, pois é espaço de formação continuada. A proposta do encontro não
269 pode ser de especialização, mas como troca de saber. Entende ser importante onde
270 queremos chegar bem como decidir em quais espaços a AT deve estar: Fóruns e
271 reuniões são espaços de formação continuada. Considerando as naturezas distintas
272 das fiscalizações, de Direitos Humanos e cotidianas, é bom que sejam transversais,
273 mas também há aquelas específicas do projeto político do CRP SP. É importante
274 que se discuta no Planejamento Estratégico quais são as prioridades. A partir das
275 demandas da categoria, deve-se pensar em protocolo de orientação. Existe
276 dificuldade relacionada em como sair da orientação protocolar, sem reflexão ética
277 junto com o sujeito. **ENCAMINHAMENTOS:** Qualificação do trabalho do CRP SP:
278 como as comissões vão se planejar, intensificar seu planejamento. **(1)** Como
279 intensificar o intercambio de nosso trabalho, sobretudo com as comissões
280 permanentes, COE e COF; **(2)** Necessidade de ter projetos políticos claros que
281 orientem nossas ações de fiscalização e que sejam transversais e ajudem a superar
282 a questão de somente responder demandas. Qual o produto: sistematizar em
283 resultados à luz do projeto político que leva a orientar; **(3)** Necessidade de
284 qualificação do corpo técnico, resgatando estratégias antes utilizadas e corrigir erros
285 de percurso no sentido de poder garantir encontros de orientação e fiscalização;
286 pensar também encontros de qualificação técnica de ATs e como garantir integração
287 da participação do corpo técnico em vários espaços; **(4)** Pensar nos espaços
288 permanentes de qualificação, como avançar isto; **(5)** Presença de ATs como fonte de
289 subsídios técnicos e com foco na qualificação do trabalho no CRP SP; **(6)** Não
290 podemos perder de vista as tarefas ordinárias de orientação, fiscalização e ética,
291 mas também verificar como estas tarefas subsidiam para protocolos de orientação,
292 de encontro de discussão que qualificam de forma mais ampla; **(7)** Para responder a
293 estas diretrizes, construir método e forma de operacionalizar o trabalho técnico do
294 CRP SP que respondam às diretrizes do ponto de vista técnico: reunião entre CDH,
295 COF, COE e CPP; **(8)** Planejamento estratégico: pensar políticas que serão
296 prioritárias para fiscalização. **IV) JORNAL PSI (EDIÇÃO Nº 180)** – O conselheiro
297 Agnaldo apresenta a proposta de dar visibilidade ao IV Congresso Brasileiro de
298 Psicologia (IV CBP), potencializar o espaço de discussão com a categoria e
299 sociedade. Por isso, a sugestão de pautar a quarta edição do CBP, compondo o
300 Jornal com as atividades que estamos levando ao Congresso. A conselheira Elisa
301 aponta ser importante produzir um jornal temático sobre o IV CBP, após a sua



302 realização. O Congresso é realizado do FENPB, que afirma o método defendido por
303 esta gestão, de diálogo com e entre as entidades da Psicologia, o que tem sido
304 pouco valorizado pelo CFP. Há 12.000 (doze mil) inscritos, 6.000 (seis mil) pagos,
305 indicando que deve ser mantida a média histórica, além de 3.800 (três mil e
306 oitocentos) trabalhos. O Facebook e o aplicativo do IV CBP estão favorecendo a
307 divulgação. O CBP é o congresso nacional que tem ganhado peso da Psicologia,
308 mas que nesta edição o CFP está ausente, participado pouco das reuniões. Propõe
309 destacar, por exemplo, o Como eu Faço, psicólogas(os) mostrando sua prática,
310 mostrar trabalhos das(os) psicólogas(os) no Congresso e também mesas, mostras,
311 dentre outras atividades do evento. O conselheiro Guilherme propõe que, na divisão
312 das seções, se utilize nomes do Congresso, dando enfoque à programação. A
313 jornalista Didi apresenta que devem ser pontuadas quais são as prioridades,
314 palestras e falas importantes do evento para ser feita a cobertura. O conselheiro Luís
315 Saraiva expõe ser importante contar à categoria o quanto o CRP SP está implicado
316 com a realização desta edição do Congresso, dar visibilidade para as caravanas que
317 estão chegando de todo o Estado, entrevistando pessoas, quais são as suas
318 expectativas entre outras ações. Também sugere que se proporcione a visibilidade
319 aos diferentes contextos, espaços potentes para a troca e diálogo entre toda a
320 categoria e diferentes experiências. A conselheira Regiane cita sobre a organização
321 do plenário com as tarefas no CBP, bem como poder estar junto à Comunicação
322 para ajudar nesta edição especial do jornal. A conselheira Elisa apresenta uma
323 sistematização das propostas postas pelo plenário: produzir uma edição especial do
324 jornal sobre o IV CBP com indicação do que deve estar contemplado nesta edição.
325 Eixos (esqueleto para esta edição especial do Jornal Psi): **(1)** Contextualização do
326 FENPB sobre o que é o congresso; **(2)** Conjunto de homenagem às(os)
327 psicólogas(os) falecidas(os) nos últimos 04 anos, sempre fazendo diálogo com SP;
328 **(3)** CRP SP no congresso, implicando vários âmbitos: CRP SP na organização do
329 evento, avaliação do CRP no evento, relação com entidades; **(4)** Caravanas de todo
330 o Estado no Congresso; **(5)** Atividades propostas pelo CRP SP no CBP; **(6)** Diálogos
331 impertinentes – seções; **(7)** Diálogos latino-americanos; **(8)** Práticas dos
332 psicólogas(os) que aparecem no CBP; **(9)** Lançamentos de livros, vídeos, produções
333 dos psicólogas(os) no congresso; **(10)** Simpósio ciência e profissão; **(11)** Processos
334 de trabalho; **(12)** Práticas inovadoras, temáticas emergentes (novas) para a
335 Psicologia; **(13)** Publicizar discussão sobre Psicologia e Racismo (Jonathas) e **(14)**
336 Formação – Estudantes. Todos devem olhar a programação do Congresso, pensar
337 nos eixos, o que seria destacado para que a jornalista possa acompanhar a
338 atividade, fazer fotos, cobertura. O espelho desta edição será enviado na segunda-
339 feira, 10 de novembro, com os apontamentos do plenário – há 13 tópicos/ seções do



340 Jornal Psi. O prazo para responder à Comunicação é até sexta-feira, 14 de
341 novembro. A Comissão de Comunicação será o apoio do jornal (curadoria).
342 Mirnamar considera importante incluir as práticas dos estudantes. Necessário
343 consultar se penalidades deve constar nesta edição. **4.1) Sobre a Edição 179** – O
344 conselheiro Luiz Berni faz pedido de esclarecimento sobre a matéria da capa da
345 edição anterior, pois foi um dos indicados como referência para a matéria e não está
346 de acordo com como ela foi organizada/encaminhada, pois não foi consultado e as
347 suas indicações não estão presentes. Elisa esclarece que a matéria de capa traria
348 desafios para a sociedade atual, sendo ela o fundamentalismo e as suas várias
349 expressões: no fundamento religioso, processo de patologização da vida e
350 expressões de processo de encarceramento em massa, partindo dos três eixos. O
351 conselheiro Agnaldo expõe que o procedimento é consultar os contatos e buscar
352 apoio aos conselheiros que são referência. Essa matéria compõe diversos aspectos
353 de uma mesma situação, e esgotaram-se as fontes sobre laicidade, pelo que, foram
354 buscadas novas fontes. A jornalista Didi informa que, em reunião com a
355 Comunicação e, posteriormente, com a Diretoria, foi pontuado cada tema e as
356 pessoas indicadas, contudo, não havia nome para cada um dos temas que foram
357 definidos. Exemplifica que para o tema de Medicalização e Patologização chegou-se
358 ao nome da Maria Aparecida Moysés como indicação. A indicação sobre a
359 discussão Estado Laico foi do conselheiro Luiz Berni. Comenta que, em alguns
360 momentos, as pessoas indicadas não estão mais atuando na área. A conselheira
361 Adriana retoma o encaminhamento de que a Comissão de Comunicação não contém
362 número de pessoas suficientes para auxiliar nessas ações. Temos de ajustar os
363 métodos da construção, há necessidade de aplicar-se para além do ponto da
364 plenária. Sugere que seja pensadas propostas para esse coletivo quanto à política
365 de Comunicação do CRP SP. Necessário haver grupos para pensar a pauta do
366 jornal, apresentar as referências. O conselheiro Agnaldo corrobora a fala anterior e
367 informa que há prazos para entrega das matérias. Pode-se adotar como
368 procedimento destinar a matéria para o conselheiro envolvido naquela
369 especificidade para poder fazer suas contribuições e encaminhar, mais tem a
370 questão do prazo que deve ser respeitado. A conselheira Adriana complementa que
371 fazer o discurso do prazo não será positivo. A proposta de encaminhamento é
372 coletivizar o conteúdo, pensar o jornal como um todo e não somente uma parte
373 deste, pois repassar para o conselheiro referência é uma prática que não obteve
374 êxito. Sua proposta exigirá um tempo maior deste grupo, mas minimizará essas
375 complicações. O conselheiro Moacyr apresenta que, ao se verificar erros, a
376 coordenação da Comissão de Comunicação seja procurada para sanar dúvidas. A
377 conselheira Regiane faz ressalva de que se o coletivo tem claro quem é o



378 conselheiro de referência, pois a dúvida talvez esteja nesse ponto. Há confusões
379 nos procedimentos e, a partir das questões postas pelo Berni, será possível resolver
380 essas questões. O conselheiro Bruno apresenta que o conselheiro das temáticas
381 não são as únicas referências para o tema. Não devemos pensar em soluções
382 fragmentadas. Devemos ser contrários à ideia de referência única para o Jornal. A
383 conselheira Elisa apresenta os seguintes esclarecimentos: (a) não houve mudança
384 na pauta do jornal; (b) não houve mudança na fonte indicada na plenária, a qual foi
385 buscada. Há o entendimento de que se deve encontrar um método que permita
386 coletivizar o conteúdo do jornal, que nesse momento é tarefa da Comissão de
387 Comunicação, com apenas um membro. Apontou-se que a fragmentação não é
388 possível, pois não se tem a visão do todo. Encaminha-se para a Comissão de
389 Comunicação que seja pensada uma revisão das etapas, como será esse formato.
390 Sugere-se a criação de comissão, curadoria, para cada edição do jornal.
391 **ENCAMINHAMENTO: (1)** Ajustar o método de construção: talvez ampliação da
392 comissão de comunicação; curadoria para trabalhar em cada edição, na revisão; **(2)**
393 Apontada necessidade de cuidar para que essas pessoas consigam de fato realizar
394 o trabalho, pois o plenário, como um todo, já está envolvido em diferentes tarefas;
395 **(3)** Condensar, pensar propostas, para a política de comunicação. Necessidade de ir
396 construindo e referendando métodos; **(4)** Indicar para a coordenação da comissão
397 as questões e sanar dúvidas; **(5)** Comissão de Comunicação deve pensar jeito de
398 trabalhar nesta revisão do jornal; **(6)** Comissão de Comunicação com membros de
399 Subsedes, retomar; **(7)** Curadoria para a edição (180) do CBP: Luís Saraiva,
400 Agnaldo, Adriana e consultar colaboradores de Subsedes da Comunicação. **V)**
401 **PONTOS NÃO DISCUTIDOS NESTA PLENÁRIA – 1) APROVAÇÃO DAS ATAS**
402 1754^a (21/02/2014), 1763^a e 1764^a (11 e 12/04/2014), 1776^a e 1777^a(06 e
403 07/06/2014) e 1782^a 19/07/2014 e 2) UNIDADE EXPERIMENTAL DE SAÚDE –
404 INQUÉRITO CIVIL MP. **VI) APRECIÇÃO DE PROCESSOS DE PESSOA FÍSICA**
405 **E JURÍDICA** - Após exposição dos processos, foram aprovados: *Pessoa Física* – 94
406 Inscrições Novas; 39 Reativações; 07 Inscrições Secundárias; 22 Inscrições por
407 Transferência; 123 Cancelamentos a pedido; 29 Cancelamentos por transferência e
408 21 Cancelamentos inscrições secundárias. *Pessoa Jurídica* - 15 Registros; 05
409 Cadastros; 01 Alteração Contratual; 08 Cancelamentos a pedido e 03
410 Cancelamentos por débito. Total Geral de processos 367 aprovados – pessoa física
411 e jurídica: 367 (trezentos e sessenta e sete), conforme folha anexa que é parte
412 integrante desta ata. **VII) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA** O plenário
413 tomou conhecimento da relação de psicólogas(os) para aprovação do título de
414 especialistas. **ENCAMINHAMENTO:** Foi deferido 01 na área Psicologia
415 Organizacional e do Trabalho na modalidade concursos. Foram deferidos 49 na



416 modalidade curso, sendo: 02 na área Psicologia Escolar/Educacional, 02 na área
417 Psicologia Organizacional e do Trabalho, 24 na área Psicologia do Trânsito, 12 na
418 área Psicologia Clínica, 03 na área Psicologia Hospitalar, 03 na área
419 Psicopedagogia e 03 na área Neuropsicologia. Foi indeferido 01 na área Psicologia
420 Escolar/Educacional na modalidade concursos. Foi indeferido 01 na área Psicologia
421 Hospitalar na modalidade cursos, conforme folha anexa que é parte integrante desta
422 ata. Nada mais havendo a tratar a senhora conselheira presidenta deu por
423 encerrada a sessão, da qual eu, conselheiro secretário Guilherme Luz Fenerich,
424 lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por todos os presentes.
425 São Paulo, sete de novembro de dois mil e catorze.

Adriana Eiko Matsumoto

Aristeu Bertelli da Silva

Elisa Zaneratto Rosa

Guilherme Luz Fenerich

Janaína Leslão Garcia

José Agnaldo Gomes

Luís Fernando de Oliveira Saraiva

Moacyr Miniussi Bertolino Neto

Bruno Simões Gonçalves

Camila de Freitas Teodoro

Dario Henrique Teófilo Schezzi

Gustavo de Lima Bernardes Sales

Jonathas José Salathiel da Silva

Lívia Gonsalves Toledo

Luiz Eduardo Valiengo Berni

Maria das Graças Mazarin de Araújo



**Conselho Regional
de Psicologia SP**

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

Regiane Aparecida Piva

Sandra Elena Spósito

Sérgio Augusto Garcia Júnior

Silvio Yasui